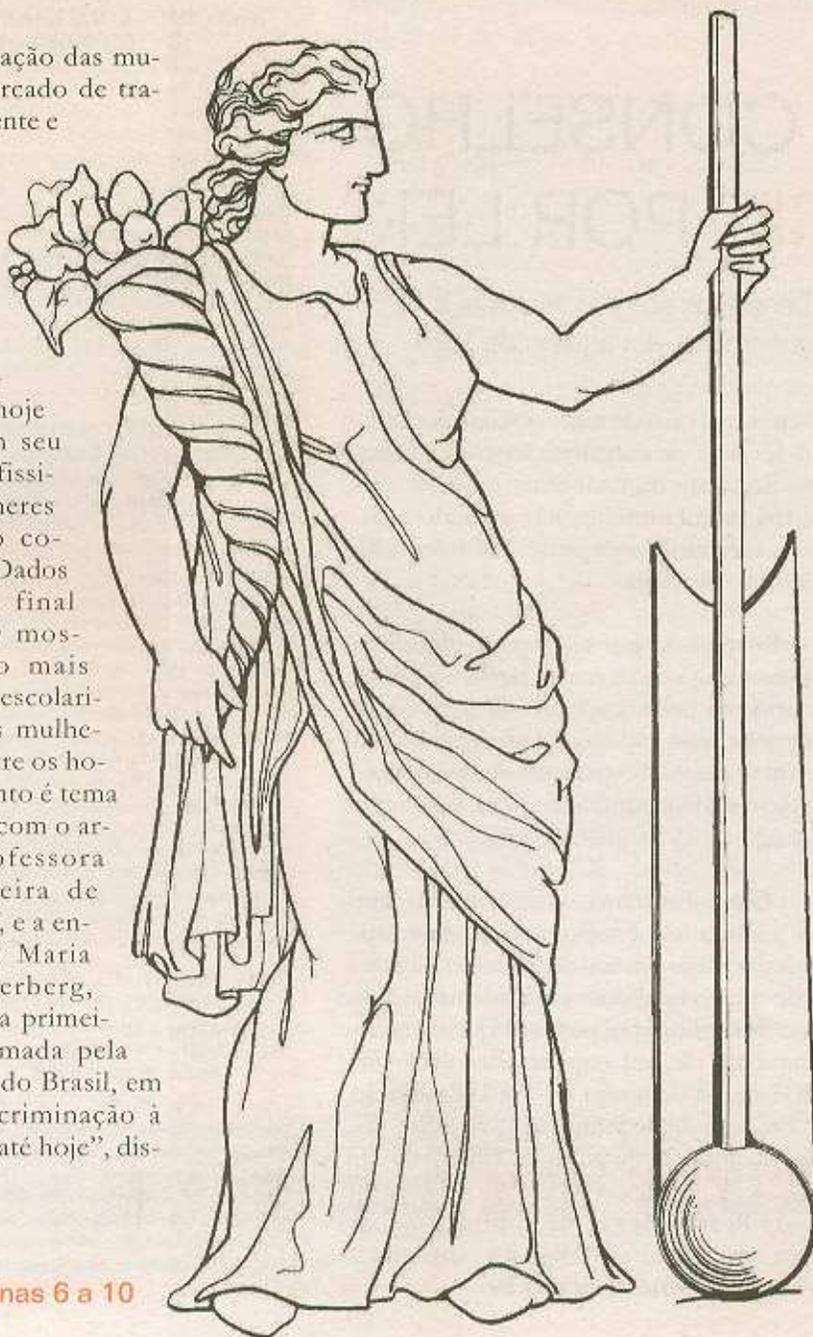


A MULHER NA ECONOMIA

A participação das mulheres no mercado de trabalho é crescente e se dá com o aumento de sua escolaridade. Para superar o preconceito e a discriminação ainda hoje presentes em seu dia a dia profissional, as mulheres recorrem ao conhecimento. Dados relativos ao final dos anos 90 mostram avanço mais acentuado da escolaridade entre as mulheres do que entre os homens. O assunto é tema desta edição, com o artigo da professora Hildete Pereira de Melo, da UFF, e a entrevista com Maria Helena Hokerberg, economista da primeira turma formada pela Universidade do Brasil, em 1950. "A discriminação à mulher existe até hoje", disse ela ao JE.



Páginas 6 a 10

"Está difícil defender a Alca"

A Alca será semelhante ao Nafta e se houver diferenças, elas serão em benefício ainda maior dos EUA. É o que expõe o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, em artigo onde traça os riscos principais da Alca. Ele argumenta que a aprovação do *fast track* pela Câmara norte-americana revela bem o caráter do que os EUA pretendem com a adoção da Alca. "Está cada dia mais difícil defender a Área de Livre Comércio das Américas", escreve o diplomata.

Página

3

Sete editoras dominam metade do mercado

No ano de 2000, sete empresas ficaram com 53% do faturamento de todas as 4 mil editoras que constituem o mercado de livros no país. Metade deste faturamento, por sua vez, é fruto da venda para o governo federal de livros didáticos, que são dados de graça para as crianças do primeiro grau. Os dados e o mercado editorial foram tema de debate promovido pelas entidades de economia do Rio, com a participação de Milena Duchiad, da Livraria Leonardo da Vinci, Lilia Maria Miranda Alves, da ABL, e George Komes, da UERJ.

Página

11

Prefeitura gasta mais com terceirização

Uma análise do orçamento da prefeitura entre os anos de 1993 e de 2001, os primeiros das duas gestões de César Maia, revela que, no ano passado, o município aumentou em 247% os gastos com o pagamento de serviços de terceiros, reduzindo repasses como, por exemplo, para a Comlurb. Os dados são do Fórum Popular do Orçamento.

Página

15

EDITORIAL

SER MULHER

O fato de ser produzido pela colaboração voluntária dos economistas, através de artigos, análises e pesquisas, tem levado o *JE* a recorrentes atrasos em suas edições. Esta, por exemplo, que chega a seus leitores já na segunda quinzena de abril, é relativa a março, mês em que se celebra o Dia Internacional da Mulher, tema desta edição.

É crescente a presença e, em alguns casos, o predomínio das mulheres nos ambientes de trabalho, o que não significa

dizer que a discriminação, por causa disso, tenha acabado. Ainda não. Profissionais continuam tendo dificuldades de promoção e acesso simplesmente por serem mulheres.

Ao conferir cinco páginas deste número ao tema, o *JE* se associa a todas as vozes e movimentos em defesa dos direitos da mulher, pelo fim da discriminação, do preconceito e, sobretudo, da violência de todo o tipo que ainda recai sobre a grande maioria feminina.

REGISTRO NO CONSELHO É OBRIGATÓRIO POR LEI

A obrigatoriedade de inscrição nos Conselhos surgiu junto com a lei que regulamentou a profissão de economista, em agosto de 1951

A inscrição no Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ) é obrigatória a todos os que exercem atividades técnicas de natureza econômico-financeira, inerentes à profissão de economista. É o que está disposto no Art. 14 da Lei 1.411, de 13/08/51, que regulamenta a profissão. A anuidade decorrente desse registro está prevista no Art. 17 desta lei. Assim, é com o registro que nasce o fato gerador da obrigação, que cessa, tão somente, quando formalizado pelo interessado.

Na legislação básica que regulamenta a profissão de economista, não existe a possibilidade de cancelamento de registro "ex-officio" pelo Conselho, por falta de pagamento de anuidade. Não devemos, porém, ignorar que a anuidade devida ao Conselho é um tributo, fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Portanto, não se aplica a figura de isenção ou anistia, sob pena dos gestores serem responsabilizados, no caso da não cobrança, por renúncia fiscal indevida.

Por estes motivos esclarecemos aos economistas que se atentem aos seguintes casos:

• **Carteira remida** - Economistas que estão com 65 anos, no caso de homens, e

60 anos, no caso de mulher, com no mínimo 15 anos de contribuição com Conselhos Regionais de Economia, poderão retirar sua carteira remida, não gerando anuidades futuras. Resolução nº 1.651 de 05 de setembro de 1998.

• **Suspensão por viagem ao exterior** - Economistas que fizerem viagem ao exterior poderão pedir suspensão de seus registros pelo prazo de dois (2) anos (renovável por mais dois), não esquecendo que o pedido deve ser feito antes da viagem. Resolução nº 1.637 de 25 de julho de 1997.

• **Cancelamento** - Economistas que por ventura não estejam exercendo a profissão, ou seja, em suas ocupações não desempenham nenhuma atividade na área de economia e finanças, podem requerer o cancelamento de seu registro. Resolução nº 1.537 de 14 de junho de 1985, Resolução nº 1.627 de 28 de junho de 1996 e Resolução nº 1.638 de 25 de julho de 1997.

As Resoluções estão contidas na página do Corecon-RJ na internet: www.economistas.com.br

JORNAL DOS
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Cláudio Leopoldo Salm, Helena Maria Martins Lastres, Hildete Pereira de Melo, João Paulo de Almeida Megalhões, Maria José Cyhlar, Paulo Sérgio Souto e Ronaldo Gonçalves • Edição: Corecon - Conselho Regional de Economia - Rio de Janeiro - Telefax: 2232-8178 e-mail: coreconist@alternex.com.br - homepage: <http://www.economistas.com.br>

• Editor: Nilo Sérgio Gomes • Caricaturista: Cássio Londano • Projeto gráfico: André Lippmann, José Mira e Marcelo Paiva • Edição eletrônica: Anzeli Lippmann • Fotolito e Impressão: Tipológica • Tiragem: 13.000 exemplares • Periodicidade: Mensal - As matérias assinadas por colaboradores não refletem necessariamente a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22
E-mail: coreconrj@alternex.com.br
Homepage: <http://www.economistas.com.br>

Presidente: Ronaldo Baermy Rangel • Vice-presidente: Sidney Pascoalto da Rocha • Conselheiros Efetivos: Ângela Maria Puppin Buzanovsky, Francisco Bernardino Karim, Helena Maria Lastres, Hildete Pereira de Melo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Maria José Cyhlar Monteiro, Paulo Sérgio Souto • Conselheiros Suplentes: Arthur Câmara Cardoso, Eduardo Carnos Scaletsky, José Antonio Lutterbach Soares, Julio Diniz, Julio Flavio Miragaya, Luiz Maria Behnken, Mario Luiz Freitas, Mauro Osorio, Sandra Maria Carvalho de Souza.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2562-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • E-mail: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascoalto da Rocha • Coordenador de Assuntos Institucionais: Paulo Passarinho • Diretores de assuntos institucionais: Adhemar dos Santos Mineiro, Rogério da Silva Rocha, Enilce Leite Melo, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Luiz Mario Behnken, Antônio Melki Jr. e Renato Luiz Mello de Oliveira • Coordenador de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa • Diretores de relações sindicais: Sandra Maria Carvalho de Souza, Eduardo Mendes Callado, Carlos Tibiriça Miranda, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Regina Gadioli dos Santos, Paulo Gonzaga Mibeli de Carvalho e Marcelo Sereno • Coordenador de Divulgação e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz • Diretores de divulgação e finanças: Benni Faerman e Eduardo Carnos Scaletsky • Conselho Fiscal: Ademir Figueiredo, José Viegas e Jorge de Oliveira Camargo.

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 • 16º andar • Rio de Janeiro
RJ • Centro • CEP 20054-900 • Tel.: (21)2509-1077
Telefax: 232-8178 ramal 22 • E-mail: ierj@alternex.com.br

Presidente: Cláudio Leopoldo Salm • Vice-presidente: Hildete Pereira de Melo • Diretor de Finanças: Erikson Teixeira Lima • Diretoria Executiva: Glória Maria Moraes, José Eduardo Cassolato, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Mario Cordeiro de Carvalho Júnior, Nelson Victor Le Coq, Paulo Gonzaga Mibeli, Renata Leite Pinto Nascimento, Ruth Espinola Soriano de Souza Nunes, Silvio Renato Paes de Figueiredo.

COMÉRCIO INTERNACIONAL Samuel Pinheiro Guimarães*

COMO SERÁ A ALCA

A Área de Livre Comércio das Américas será semelhante ao NAFTA e se houver diferenças serão para benefício ainda maior dos EUA

Está cada dia mais difícil defender a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Artigos recentes parecem não ter mais ânimo para defendê-la abertamente, tais os riscos que ela representa, percebidos cada vez mais claramente pela sociedade brasileira, e tal a “dureza” da posição negociadora norte-americana, conforme refletida no *Trade Promotion Authority* (TPA), o *fast track*, aprovado pela Câmara dos Deputados dos EUA.

Os EUA esclareceram a todos, neste projeto de lei, que pretendem negociar somente os temas que interessam a eles, deixando explicitamente fora da negociação temas que o governo brasileiro vem declarando, reiteradamente, considerar essenciais para que a ALCA seja equilibrada e “aceitável para o Brasil”. Tais como a revisão da arbitrária legislação anti-dumping e anti-subsídios norte-americana, que vitima subitamente produtos brasileiros competitivos, como o aço; e a eliminação dos subsídios do país à exportação de produtos agrícolas. Agora, a defesa da ALCA parece ser feita de forma oblíqua, e não em razão de seus supostos méritos, o que se torna cada vez mais difícil de apresentar.

ALCA igual ao NAFTA

Um dos argumentos oblíquos agora utilizados enfatiza que não se pode ser contra a ALCA porque não se pode saber hoje como será a sua forma final e, portanto, os compromissos que o Brasil terá de assumir. Enfim, segundo esse argumento, o debate sobre a ALCA seria prematuro e aqueles que tentam alertar a sociedade brasileira para suas extraordinárias e

negativas conseqüências seriam açodados e preconceituosos.

A resposta a esse argumento é que a ALCA (2005?) terá de ser muito semelhante ao NAFTA (1994), acordo de livre comércio que engloba os EUA, o Canadá e o México, da mesma forma em que este foi muito semelhante ao AFTA (1988), acordo de livre comércio entre o Canadá e os EUA. Por outro lado, a ALCA terá de ser compatível com o disposto no Artigo XXIV do GATT-94, acordo que faz parte da Organização Mundial do Comércio (OMC) e que estabelece as condições para o reconhecimento da ALCA pela OMC e por seus membros, em especial a União Européia e o Japão, cujo comércio e investimentos seriam fortemente atingidos nos mercados da América Latina pelas preferências concedidas pela ALCA às megasempresas norte-americanas na região.

Uma área de livre comércio simples é um acordo internacional em que os Estados-partes eliminam, em um determinado prazo e de acordo com o cronograma negociado entre si, todos os obstáculos tarifários e não-tarifários ao comércio recíproco de todos os bens, enquanto mantêm em relação aos demais Estados, que não fazem parte do acordo, as suas respectivas tarifas aduaneiras nacionais.

O artigo XXIV do GATT-94 (que complementa o artigo XXIV do GATT-1947) estabelece que um acordo de preferências comerciais para ser considerado como uma área de livre comércio deve incluir a maioria do comércio entre os Estados que dele participam e o prazo para sua implementação, i.e., para atingir a eliminação de todas as barreiras ao comércio, não deve ser superior a 10 anos.

A expressão “maioria do comércio” tem sido interpretada como a total des-gravação de 85% do comércio, medido em termos de valor.

Além disto, seria correto entender que uma área de livre comércio deve incluir os produtos agrícolas, e que assim o disposto no Acordo de Agricultura da OMC deve ser respeitado, principalmente devido à importância do comércio de bens agrícolas para determinados países. Limitar uma área de livre comércio a bens industriais em casos de fortíssima assimetria na composição da pauta



de exportação dos diversos participantes, como ocorre nas Américas, seria profundamente desigual e desfavorável aos países que dependem principalmente ou de forma importante das suas exportações de bens agrícolas.

Comércio de serviços

Uma área de livre comércio pode incluir, além do comércio de bens, o livre comércio de serviços, de acordo com as regras previstas no GATS (General Agreement on Trade in Services), que também faz parte do conjunto de acordos da OMC - este setor de serviços que engloba atividades em extre-

mo distintas tem grande e crescente importância. O comércio mundial de serviços, apesar de ser equivalente a cerca de 20% do comércio mundial de bens, vem se expandindo a taxas muito superiores às que se verificam para o comércio de bens.

É necessário lembrar que as estatísticas sobre o comércio de serviços não incluem o valor de serviços prestados por firmas estrangeiras sediadas nos mercados locais. Assim, o valor dos serviços prestados e cobrados pela filial de um banco estrangeiro em território brasileiro não é computado como parte da exportação de serviços do Estado onde este banco tem sua sede e para onde remete seus lucros.

Apesar de as normas sobre serviços serem distintas das normas sobre bens, devido à natureza muito peculiar do comércio internacional de serviços, seus fundamentos são semelhantes, quais sejam: a cláusula de nação mais favorecida e o tratamento nacional. O artigo V do GATS prevê a possibilidade da inclusão de serviços em áreas de livre comércio, isto é, a concessão de tratamento preferencial para os Estados-partes, desde que obedecidas certas disposições.

Desse modo, a ALCA terá de ser compatível com as regras previstas pelo GATT-47, pelo GATT-94, pelo Acordo de Agricultura e pelo GATS (o Acordo Geral sobre Serviços). Os EUA desejam que a ALCA, a exemplo do NAFTA, inclua normas sobre investimentos e capital, sobre propriedade intelectual (o que inclui patentes); sobre compras governamentais; sobre meio-ambiente e sobre trabalho, etc. Assim, o eventual acordo da ALCA terá de ser compatível com as normas da OMC sobre estes temas.

Essas normas se encontram consagradas em acordos, a maioria dos quais o Brasil faz parte, tais como o de TRIMS (investimentos) e o de propriedade intelectual (o acordo de TRIPS), e em normas sobre anti-dumping e subsídios. Tal não ocorre com o acordo de compras governamentais, tema sobre o qual o Mercosul vem legislando, prevendo inclusive uma preferência interna. Já os assuntos relacionados com o meio-ambiente (cláusula ambiental) e trabalho (cláusula social), que os EUA desejam fazer incluir na ALCA, não foram regulados até o momento no âmbito da OMC. A inclusão desses temas pode ocorrer de forma a justificar práticas de proteção a setores da economia norte-americana, país que, aliás, não é signatário da maior parte das convenções da OIT e se recusa a assinar o protocolo de Kyoto, sobre o efeito estufa.

A ALCA, como visto, terá de ser compatível com as normas da OMC. Todavia, as eventuais normas da ALCA poderão ir além das normas da OMC, desde que sejam, como os negociadores americanos apreciam qualificar, OMC-plus, i.e., normas ainda mais favoráveis à liberalização



geral do comércio de bens e serviços e ao movimento de capitais, sem tratamento preferencial para as empresas dos países em desenvolvimento e, portanto, ainda mais favoráveis aos interesses das mega-empresas multinacionais americanas em todos os setores e aos mega-investidores internacionais norte-americanos, cujas sedes e centros de decisão se encontram fisicamente, assim como seus acionistas, nos EUA.

Dificuldades e ilusões

Além disso, a eventual ALCA teria de ser muito semelhante ao NAFTA, ou incluir normas que sejam consideradas NAFTA-*plus*. Em primeiro lugar, as normas do NAFTA já se aplicam às relações econômicas entre os três países que constituem em conjunto cerca de 88% do PIB das Américas (e, portanto, de uma futura ALCA) sendo um deles, os EUA (e suas mega-empresas), a maior potência econômica, comercial, financeira, tecnológica, militar e política do mundo.

As dificuldades para a aprovação, em 1994, do NAFTA, pelo Congresso dos EUA; as críticas em certos setores da sociedade norte-americana à sua implementação e aos acordos de livre comércio em geral; a aprovação, por apenas 1 (um) voto, na Câmara dos Deputados, da TPA, que corresponde ao antigo *fast track*; a firme negativa norte-americana em negociar o que chamam de leis de defesa comercial (anti-dumping, anti-subsídios, salvaguardas), a recente legislação do país que concede amplos subsídios de proteção à produção e à exportação agrícola; e a lista norte-americana de 300 produtos "sensíveis", são todos fatos que revelam com clareza as dificuldades para os próprios EUA em negociar e aprovar qualquer esquema que se afaste significativamente das linhas gerais do NAFTA.

Por outro lado, seria difícil aos EUA, principal país membro do NAFTA e grande impulsionador da ALCA, conceder ao Brasil em geral ou em casos específicos tratamento mais favorável do que aquele que concedeu, nos mesmos casos, ao Canadá e ao México, que naturalmente procurariam, caso os EUA tentassem fazê-lo, obter tratamento semelhante. Assim, seria ilusão pensar ser possível obter tratamento mais

favorável (que, aliás, somente poderia sê-lo em termos de prazos e exceções) para o Brasil do que aquele concedido ao Canadá e ao México para acesso ao mercado norte-americano ou para exceções que permitissem defender setores sensíveis da economia brasileira.

Em terceiro lugar, o próprio acordo do NAFTA dispõe, em seu artigo 2204, a possibilidade de adesão de terceiros países ou de grupos de países (sic) ao sistema preferencial do NAFTA e o faz dizendo que será necessário que os três países membros (EUA, Canadá e México) aceitem essa inclusão no acordo. Assim, o processo de negociação da ALCA tende, por razões jurídicas e políticas, a resultar em um acordo que viria a substituir o NAFTA, porém muito semelhante a este último e compatível com a OMC e seus vários acordos (GATT-94, Acordo de Agricultura, GATS, TRIMS, TRIPS, etc).

É possível saber, com razoável precisão, como será a ALCA.

Ela será como o NAFTA. E naquilo que for diferente será diferente para ser mais favorável aos EUA. O texto do eventual acordo da ALCA vem tomando forma nas negociações que se realizam em nove grupos e onde, devido à fragilidade e dependência dos países do Caribe e da América Central e à desarticulação e fraqueza econômica de muitos Estados da América do Sul, pode-se imaginar que as propostas norte-americanas apresentadas terão grande possibilidade de êxito.

Os extraordinários desafios de reduzir as disparidades sociais, eliminar as vulnerabilidades externas e realizar o potencial da sociedade brasileira exigirão políticas ativas do Estado nessas áreas, como demonstra cada vez mais a urgência em realizar um superávit comercial significati-

A sociedade brasileira deve, portanto, se mobilizar desde já em defesa de preservar o direito soberano de ter o Brasil uma política de desenvolvimento, que tem de ser constituída por instrumentos de política comercial, industrial e tecnológica que uma futura ALCA viria a impedir definitiva e legalmente

vo. A sociedade brasileira deve, portanto, se mobilizar desde já em defesa de preservar o direito soberano de ter o Brasil uma política de desenvolvimento, que tem de ser constituída por instrumentos de política comercial, industrial e tecnológica que uma futura ALCA viria a impedir definitiva e legalmente. ■

* Embaixador, ex-chefe do Departamento Econômico do Itamaraty e ex-diretor do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais

** artigo publicado no sítio www.agenciartamajior.com.br, no último dia 6/3



CAPA Hildete Pereira de Melo*

AS MULHERES TÊM MAIS ESCOLARIDADE

Entre a população com diploma universitário, as mulheres representam a maioria, com 52% das 5,6 milhões de pessoas que, no Brasil, têm o terceiro grau

As comemorações do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, ensejam sempre a reflexão sobre o ser mulher na sociedade atual. O aumento da participação feminina na população economicamente ativa (PEA) se realizou com o crescimento da sua escolaridade. Sobre isso, a literatura sócio-econômica (Bruschini, 2000) tem reiterado a forte associação entre escolaridade e participação no mercado de trabalho.

Em comparação com os homens, no final dos anos 1990, as mulheres apresentam maior grau de instrução: em média, um ano a mais de estudo. É verdade que ambos os sexos aumentaram sua escolaridade, mas a população feminina experimentou um avanço mais significativo (ver quadro 1).

O aumento da escolaridade é particularmente uma grande mudança, porque não faz nem 100 anos que os portões das universidades foram abertos às mulheres, pela persistência das nossas avós e bisavós na luta por cidadania e educação. No final dos anos 90, tem-se uma taxa de participação igual entre ambos os sexos, no que diz respeito à posse de um diploma universitário.

Em termos absolutos, a população com diploma universitário é cerca de 5,6 milhões de pessoas (PNAD/IBGE, 1999), o que representa algo como 8% da população ocupada brasileira, como mostram os quadros ao lado. Por eles, percebe-se que as mulheres são 52% da população com diploma universitário e, ainda, 83% dos graduados são brancos. Os negros e pardos somam apenas 14,38%, o que

Quadro 1

BRASIL - Pessoas acima de 10 anos, segundo os anos de estudo - 1998

Anos de estudo	Mulheres (%)	Homens (%)
Sem instrução e menos de 1 ano	13,80	14,30
De 1 a 3 anos	18,30	20,10
De 4 a 7 anos	33,70	34,40
De 8 a 10 anos	14,70	14,10
De 11 a 14 anos	14,80	12,40
Acima de 15 anos	4,40	4,40

Fonte: PNAD/IBGE, tabulações especiais, 1998.

Quadro 2

BRASIL - População total com 3º Grau completo, segundo cor/raça - 1999

Cor/raça	Nº	%
Branca	4.606.791	83,33
Preta	110.339	2,00
Parda	684.507	12,38
Amarela	122.744	2,22
Indígena	2.255	0,04
Não inf.	1.528	0,03
Total	5.528.164	100,00

Fonte: PNAD/IBGE, tabulações especiais, 1999.

Quadro 3

BRASIL - População total com 3º Grau completo, segundo o sexo - 1999

Sexo	Nº	%
Masculino	2.653.844	48,01
Feminino	2.874.320	51,99
Total	5.528.164	100,00

Fonte: PNAD/IBGE, tabulações especiais, 1999.

demonstra a desigualdade do acesso educacional para a população de afro-descendentes.

Para avaliar se a tendência de elevação do nível educacional feminino é duradoura, o quadro 4 mostra o número de matrículas registradas nos cursos de graduação brasileiros, durante o ano de 1999. Nele, observa-se que as mulheres são 55,6% da população estudantil universitária. Há, portanto, um avanço da participação feminina nos mais altos níveis de escolaridade e isso é compatível com a tendência que se delineia nos dados da PNAD/IBGE.

Saber é soberania

No caso brasileiro, a posse de um diploma universitário tem grande importância no mercado de trabalho, uma vez que o maior grau de escolaridade significa taxas mais elevadas de participação na atividade econômica. Seja porque o mercado de trabalho valoriza mais estes trabalhadores, seja porque sua remuneração é mais alta. Para as mulheres com acesso ao ensino superior, a possibilidade de maiores rendimentos recompensa sua saída do ambiente doméstico.

Assim, o indicador "População ocupada feminina/População Economicamente Ativa feminina" mostra, para 1999, uma taxa de atividade de 82,3% para as mulheres com diploma universitário, sendo que, para o sexo masculino, esta taxa é de 90,6% (Bruschini, 2000,152). É superior à feminina, é ver-

Quadro 4

BRASIL - Matrículas em cursos de graduação, por sexo dos matriculados e categoria administrativa das instituições de ensino superior - 1999

Categoria Administrativa	Total	Feminino	Masculino
Brasil	2.369.945	1.318.393	1.051.552
Pública	832.022	440.602	391.420
Federal	442.562	220.736	221.826
Estadual	302.380	170.375	132.005
Municipal	87.080	49.491	37.589
Privada	1.537.923	877.791	660.132
Particular	651.362	368.545	282.817
Outras *	886.561	509.246	377.315

* Instituições comunitárias ou filantrópicas.

Fonte: MEC/INEP/SEEC, 1999.

dade, mas a taxa de atividade das mulheres universitárias é muito maior do que a média das mulheres, a qual fica em torno de 45,23% (População Ocupada /População Economicamente Ativa metropolitana). De qualquer maneira, mesmo para os homens, o diploma universitário também significa uma maior taxa de atividade, pois a média da taxa de atividade masculina é de 72,67% (População Ocupada /População Economicamente Ativa metropolitana).

O quadro 5 mostra como o diploma também leva a um posto de trabalho mais qualificado, pois os empregos formais, protegidos pela legislação, representam 61,63% da ocupação dos diplomados universitários, taxa de participação muito diferente do conjunto dos ocupados brasileiros.

Para as mulheres, o diploma ainda é mais significativo quando se consideram

os empregos formais e, para os homens, a situação é mais favorecida para os empregadores. De qualquer maneira, a relação masculino/feminino no mercado de trabalho é bastante equilibrada para as pessoas de maior escolaridade, como bem demonstra o quadro citado.

Assim, ao longo das últimas décadas, percebe-se uma nítida tendência do avanço feminino na direção de uma maior qualificação profissional, visando a obtenção do desejado e prestigiado diploma universitário, o que habilita as mulheres a participar soberanamente - e não de forma subordinada - do mundo do trabalho no campo científico e tecnológico. ■

* Doutora em Economia
Professora da Faculdade de
Economia da UFF

Quadro 5

BRASIL - População ocupada com 3º Grau completo segundo situação no mercado de trabalho - 1999

Situação no mercado de trabalho	Total	Masc.	Fem.	Total	% sobre total		% masc./fem	
					Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Emprego formal	2.927.611	1.292.225	1.635.386	61,63	53,72	69,75	44,14	55,86
Emprego informal	1.175.515	675.926	499.589	24,75	28,10	21,31	57,50	42,50
Empregador	596.244	417.990	178.254	12,55	17,38	7,60	70,10	29,90
Outros	50.640	19.251	31.389	1,07	0,80	1,34	38,02	61,98
Total	4.750.010	2.405.392	2.344.618	100,0	100,0	100,0	50,64	49,36

Fonte: PNAD/IBGE, tabulações especiais, 1999.

ENTREVISTA Maria Helena Hokerberg

“ELES (OS HOMENS) AINDA VENCEM...”

A discriminação e o preconceito persistem no cotidiano profissional das mulheres

Para esta edição relativa ao mês de março, em que se celebrou o Dia Internacional da Mulher, o JE decidiu ouvir a economista de registro mais antigo no Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, a professora Maria Helena Hokerberg, para conhecer um pouco da história e das dificuldades enfrentadas por uma das quatro mulheres que se formaram na primeira turma de economistas da antiga Universidade do Brasil, em 1950.

Mulher de livros e de estudos, como ela própria se identifica, a economista e professora aposentada da UFRJ testemunha que, ainda hoje, a discriminação e o preconceito marcam a trajetória profissional das mulheres. Sua entrevista, portanto, vai muito no sentido do que aponta a cientista política Lúcia Avelar, em seu último livro, *Mulheres na elite política brasileira*: “No caso das mulheres (...), suas histórias são verdadeiras ‘histórias de reconhecimento’, de auto-conhecimento e de reconhecimento social”.

Jornal dos Economistas - *Como tem sido a vida da profissional mulher, no Brasil de hoje e de ontem?*

Maria Helena Hokerberg - Em nosso tipo de sociedade é muito difícil. Já quando eu era estudante de economia, passava por um grupo de colegas na faculdade e as pessoas perguntavam: o que você estuda? E quando respondia, economia, elas acrescentavam: “ah, que bonito, economia doméstica”. Eu ficava calada. Explicar o quê e a quem? Formada, foi difícil entrar no campo profissional. Continuei trabalhando em empresa privada, até que me veio uma chance, com o professor Roberto Campos convidando alguns dos ex-alunos para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o BNDE, como economista júnior, já que havia alguns mais velhos. A primeira turma oficial é a nossa, de 1950, pela Universidade do Brasil. Eram quatro mulheres em uma turma de 28. Uma foi economista do IRB e as outras duas eu não sei. No BNDE, trabalhamos com todo empenho, e contávamos ainda com a presença do professor Celso Furtado, que

era da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) e tinha uma sala no banco, uma pessoa formidável.

JE - *E como era a receptividade à presença da mulher em um ambiente predominantemente masculino?*

MHH - Entre os colegas era tudo bem. Mas, por exemplo, eu trabalhava com projetos e, naquela época, jovem e bonita, recebia muitos presentes e convites. Deviam achar que com isso poderiam comprar-nos. Depois, fui para os EUA, onde estudei e, quando voltei, fui trabalhar na presidência da República, no Conselho Nacional de Abastecimento, em 1957. Quando se fala em discriminação, lembro que o secretário-geral marcava uma reunião do Conselho, onde a única mulher era eu, e, então, ele costumava perguntar: “cadê a doutora?”, sendo este “doutora” em sentido pejorativo. Eu, naquele tempo, ainda tinha aquele entusiasmo e muitas vezes questionava certas importações, por exemplo, que considerava desnecessárias, supérfluas. Então, foi muito difícil superar aquela discriminação que havia e que ainda há.

JE - *Era um período bonito da vida brasileira, esta época?*

MHH - Foi realmente um período bonito, com o Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek. Fui agraciada com uma bolsa de estudos do governo sueco. Eles puseram um anúncio no jornal *O Globo*, concedendo uma bolsa de estudos para concorrentes do mundo inteiro. Como sempre fui mulher de estudos, olhei o anúncio, fui para casa, sentei à máquina e escrevi, em inglês, a minha inscrição. Precisava de atestado médico e de três cartas de apresentação de professores. Apresentei duas cartas. Em 15 dias veio a resposta, de que eu ganhara a bolsa, mas faltava uma carta de apresentação. Ai eu perguntei ao professor Roberto Campos se ele poderia me dar esta carta, e ele gostou muito e de pronto meu deu a carta. Era uma bolsa para 10 meses e eu fiquei dois anos.

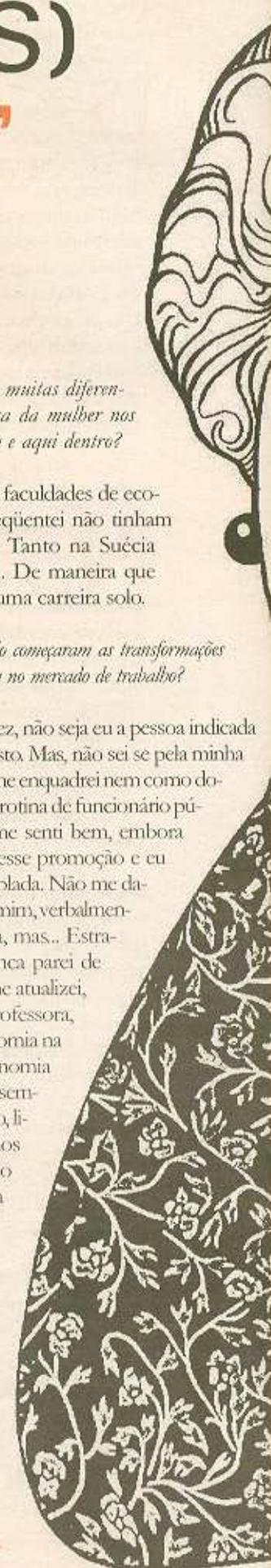
JE - *E havia muitas diferenças entre a presença da mulher nos mercados lá de fora e aqui dentro?*

MHH - Nas faculdades de economia que eu freqüentei não tinham outras mulheres. Tanto na Suécia quanto nos EUA. De maneira que foi praticamente uma carreira solo.

JE - *E quando começaram as transformações da presença feminina no mercado de trabalho?*

MHH - Talvez, não seja eu a pessoa indicada para responder a isto. Mas, não sei se pela minha formação, nunca me enquadrei nem como doméstica e nem em rotina de funcionário público. E sempre me senti bem, embora várias vezes houvesse promoção e eu não fosse contemplada. Não me davam. Diziam para mim, verbalmente, que eu merecia, mas... Estranho, não? Eu nunca parei de estudar, sempre me atualizei, inclusive, como professora, pois lecionei economia na Faculdade de Economia e na de Educação, sempre estive, portanto, ligada aos livros e aos estudos, mas acho que houve e ainda há esta discriminação por ser mulher. Eles (os homens) ainda vencem.

JE - *Nestas eleições próximas está definida a cota de*





30% dos cargos eletivos serem ocupados por mulheres. O que a senhora acha disto?

MHH – Eu sou contra isso. Acho que a capacidade independe de sexo. A Suécia, no tempo em que estive lá, tinha enormes dificuldades para se encaixar na Comunidade Européia, porque eles pagavam em igualdades de condições, menos às mulheres. Agora, não sei como está, mas era assim em meu tempo.

JE – *A senhora falou daqueles tempos bonitos, de muitas esperanças, e hoje vivemos uma situação diferente, com pouca esperança. O que a senhora acha disso?*

MHH – Acho que nós evoluímos muito, sim. Desde que Celso Furtado se dispôs a dirigir a Sudene, o Brasil, como ele mesmo dizia em seus trabalhos, tinha, como ainda tem, os chamados bolsões de desenvolvimento – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais. Com a Era Kubitschek, houve a mudança da capital para Brasília, o que para alguns era um absurdo e para outros nem tanto, e mudou um pouco esta situação. É verdade que o Plano original desta mudança não tinha mais fundamento. Muitos talvez não saibam ou não se lembrem, mas quando se pensou, pela primeira vez, em passar a capital para o interior do país o motivo foi estratégico, de preservar a capital em caso de invasões.

Mas isto em meados do século 19, quando a invasão era ainda pelo mar. Não tinha a bomba atômica, com a qual hoje se pode atingir qualquer lugar. Mas a transferência para Brasília trouxe coisas boas. Com a ida da capital para lá, os recursos e todas as demais coisas migraram de Norte para o Sul, do Sul para o Norte, para o Centro, e apesar de muitas estradas terem sido feitas para as onças passearem, como dizia o Jânio Quadros - porque há trechos onde não passa ninguém, o resultado é que com isso houve uma intensa migração que foi benéfica para o país. Isso, mesmo considerando a precariedade de muitas dessas estradas, onde uma chuva pode estragar tudo. Veja o caso da Transamazônica, um desastre. O velho Adam Smith já dizia que o transporte mais barato é a água. E o que se vê é o rio Amazonas seguindo e a estrada paralela a ele. Havia na época um projeto de integração das águas, que nunca foi feito. Quando eu fiz um curso de pós-graduação, tive o prazer de ver Juarez Távora, que para mim era uma figura lendária, ele que foi ministro dos Transportes, mostrar este projeto de integração das águas, que é muito importante e que até hoje não foi feito. É verdade que o Brasil não tem o privilégio de outros países, em relação a ter rios tão navegáveis, mas há muito potencial que não é explorado. Um projeto que já vem sendo discutido há tanto tempo, mas a indústria da seca parece ser útil a alguém. Mesmo esse projeto da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a Chesf, construída por brasileiros, foi muito difícil de se fazer. Havia muita pressão externa para que ele nunca fosse feito. Então, as coisas se desenvolveram muito devagar.

JE - *O professor Celso Furtado, em um de seus livros, aponta a questão da construção do Brasil ter sido interrompida. O que a senhora acha disto?*

MHH - Isso, além das cabeças que vão para fora. Quanto se gasta em educação para se formar um profissional? Depois ele vai lá para fora, às vezes até para ser faxineiro e ganhar o dinheiro que não ganha aqui. Tem cabimento isto? Por que ele vai para fora? Porque não tem condições aqui. Falta remuneração, falta infra-estrutura. Por exemplo, em uma área que não conheço, a biologia e a prevenção de saúde pública, as pessoas trabalham e não têm material para o seu trabalho. Pode isso?

JE - *A senhora tinha condições em sua época?*

MHH - Tinha. Quando começamos a trabalhar no BNDE, eles nos deram muita força. Se quisesse ir ver um projeto de perto, eles me mandavam ir lá. Se eu desconfiasse de alguma coisa, tinha autoridade para decidir porque trabalhávamos com honestidade. Havia muita transparência.

JE - *Como a senhora se sente hoje, como cidadã e profissional?*

MHH - Intranquã. Muito intranquã porque não vejo a luz no fim do túnel. Não vejo a concretização de tantas coisas e eu lamento, porque gostaria de ver o Brasil mais bem colocado. Essa valorização de que tudo melhor é o que vem lá de fora, está errada. Vejo pessoas de países que não têm a expressão do Brasil, como, por exemplo, o próprio suco, que se valorizam mais. Aqui nós temos tantas coisas boas e porque tudo melhor é lá de fora?

JE - *Quando a senhora diz não ver luz no fim do túnel, qual luz seria?*

MHH - Eu gostaria de ver o Brasil desenvolvendo esses projetos todos e ter uma voz ativa, realmente. Em um conselho mundial, por exemplo, se alinhar realmente com as grandes potências. Eu não vejo, por exemplo, que a Rússia seja uma potência para enfrentar o Brasil. E, entretanto, veja a força que a Rússia tem. Eu fui lá ver a situação, como curiosa e com o meu dinheiro, e vi aquela miséria, uma enorme pobreza que vi lá, e, no entanto, tem a Rússia muito mais força do que o Brasil, uma potência desta e nós ficamos parece que mendigando...

JE - *O que nos falta?*

MHH - Falta direção. A nossa política é um saco de gatos. Acho que precisamos ser mais brasileiros. Não é que Fernando Henrique não tenha que viajar. Ele tem, sim, tem que fazer política internacional; e ele tem porte para isso, tem estrutura, é um homem inteligente. Mas falta toda a parte de baixo acompanhar.

JE - *Hoje se fala muito da globalização. Qual a sua opinião sobre ela?*

MHH - A globalização, no meu entender, tem alguns pontos positivos, mas muitos negativos. Já dizia o velho David Ricardo: capital, se houver integração, circula por onde dá

mais lucro. A história tem um ponto positivo, na Era Kubistchek, porque nela se passou a dar valor ao que era nosso. Houve um tempo, no Brasil Colônia, que se importava até caixão de defunto. Com o tempo, inclusive, com o trabalho bonito do Ignácio Rangel, sobre a substituição de importações, se começou a valorizar o que era nosso. Veja o Plano de Metas, por exemplo, que trouxe a indústria de automóveis, o que foi bom pois criou muito emprego, e quando se começou a trabalhar em bases competitivas. O que acho na globalização é que os países menos desenvolvidos - na Europa tem Portugal, Espanha, Itália - ficam sem poder de competição. Os mais desenvolvidos, do Norte, trazem sua mercadoria e conquistam o mercado, ao mesmo tempo em que levam a mão-de-obra barata.

JE - *A senhora citou o economista Ignácio Rangel, que defendia um certo nível de inflação para o país poder se desenvolver. O que acha?*

MHH - Já dizia o velho Gudin (o economista Eugênio Gudin), o sopro inflacionário é útil ao desenvolvimento. Mas tem que ser controlado. Acho que nesta questão da globalização há muitos pontos. Nós mesmos, aqui, chegamos na rua e vemos o comércio apagado. Ou seja, tem certas coisas em que o protecionismo é bom. Mas, como dizia o próprio Rangel, tem que ser por um tempo limitado. Veja que quando se abriu a economia, no governo Collor, foi uma loucura útil. Ele abriu o país para o mercado internacional e a indústria aqui teve que acompanhar. Agora, as autoridades têm também que acompanhar, saber até onde é possível abrir. Não vai ficar eternamente comprando riquezas dos outros, o que não dá.

JE - *As mulheres estão aparecendo no processo eleitoral como esperança. O que a senhora acha?*

MHH - Nas candidaturas que estão aí não estou vendo nenhuma mulher aparecendo. Apareceu a Rosana, que já deu no que deu. Aqui, no Rio, Rosinha e Benedita, e Marta Suplicy, em São Paulo. Acho que as mulheres ainda estão, numa linguagem nordestina, embotadas. Parece que as mulheres não estão querendo se envolver muito. Mas há mulheres que trabalham. Acontece que nesse campo da política é preciso ter muito jogo de cintura. Pode ser que apareça uma candidata, mas até agora ainda não vi. Elas estão aí, mas ainda não apareceram. Talvez, seja um vício cultural. ■

MERCADO EDITORIAL

SETE EDITORAS DOMINAM O MERCADO EDITORIAL

Mais da metade do faturamento do mercado de livros é embolsado por sete editoras, cuja principal venda é de livros didáticos para o governo

Mercado pouco conhecido, até mesmo pela falta de dados confiáveis e pela sua pouca transparência, a indústria de livros, no Brasil, teve, nos últimos anos, consideráveis avanços. Números pesquisados junto a cerca de 100 editores revelaram que, em 2000, houve um aumento generalizado no mercado editorial, tanto em relação aos títulos publicados, quando ao faturamento e às vendas.

Para se ter uma idéia, o faturamento naquele período superou a marca de R\$ 2 bilhões e o número de títulos novos, mais as reedições, ultrapassou a 45 mil títulos, em um único ano. Tais resultados deveriam deixar alegres as editoras e as livrarias. Porém, não é isto o que ocorre.

Em debate promovido recentemente pelas entidades de economia do Rio de Janeiro – Corecon, IERJ e Sindecon – sobre o tema “Livro: economia e mercado editorial”, não apenas os dados acima foram questionados, como ainda revelou-se uma situação de grande concentração neste segmento da economia nacional, também ele, agora, passando por uma forte onda de internacionalização, com multinacionais entrando firmes no mercado brasileiro, tanto na produção quanto na distribuição. “Faltam dados e o fato desta pesquisa ser uma amostra não retira a constatação de que são números pobres e estão subestimados, como no caso de faturamento”, afirmou

Milena Duchiad, da Livraria Leonardo da Vinci e também da Associação Estadual dos Livrários. “Tem um problema grave que é a esquizofrenia do mercado editorial, que, na verdade tem uma cabeça gigantesca, que é o livro didático, que por sua vez é dominado por sete irmãs, como no petróleo. São sete grandes editoras de livros didáticos em um universo de mais de 4 mil editoras”, apontou

Números do mercado

Os dados foram apresentados no debate pela ex-secretária executiva do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Lilia Maria Miranda Alves, que hoje trabalha na Academia Brasileira de Letras. Foram apurados em uma pesquisa encomendada pelas entidades do setor, ou seja, o Sindicato Nacional dos Editores de Livro, a Câmara Brasileira de Livros e a Associação dos Editores de Livros Didáticos. “No ano de 2000, tivemos um aumento de 13% do faturamento e de 15% em número de exemplares vendidos. A edição de títulos cresceu em 3% e a produção de exemplares em 12%. Foi um crescimento razoável. Outro dado que considero importante é que, em 2000, editamos 18.305 títulos novos, em primeira edição, e fizemos 26.800 reedições. Ou seja, tivemos entre a primeira edição e as reedições um total de 45.105 títulos, isto em um ano”, afirmou.

Conforme os dados da pesquisa, o faturamento do setor alcançou, naquele ano, R\$ 2,06 bilhões, porém, R\$ 1 bilhão foram relativos aos livros didáticos. “E por que isto acontece?”, indagou Lilia Maria, acrescentando, ela própria, a resposta:

“Porque o governo tem programa de compra de livro didático e o que ocorreu é que, em 1999, ele não comprou tudo o que tinha que comprar. Então, o ano de 2000, para o mercado de livros didáticos, foi uma maravilha porque o governo pagou o resto de 99, tudo que comprou para o ano de 2000 e ainda o que comprou para 2001”.

Ou seja, boa parcela do incremento em vendas e faturamento do mercado editorial brasileiro pode ser atribuída à maciça compra de livros didáticos feita pelo governo para a distribuição gratuita às escolas. Uma realidade que pode avançar para os segmentos de obras para-didáticas, já que, segundo Lilia Maria, o governo está agora interessado neste tipo de publicação, além dos didáticos.

“Falei durante cinco anos para os ministros Paulo Renato e Francisco Weffort (de Educação e de Cultura, respectivamente) que a criança não se forma somente através de livros didáticos. E perguntei por que eles compram este horror só de livro didático e a literatura infanto-juvenil, não. Agora, o governo ficou sensibilizado, depois de tantos anos, está comprando livro para-didático e está havendo muita mídia em cima

da literatura infanto-juvenil. São essas coisas que fizeram com que o ano de 2000 tivesse essa melhora”, salientou.

Assim como o didático teve um crescimento grande, a pesquisa apontou que a literatura infanto-juvenil ocupou o segundo lugar como segmento que mais cresceu, vindo a seguir os livros classificados como de obras gerais (literatura, história, poesia, etc), os religiosos e, por fim, os títulos científicos, técnicos e profissionais, que também subiram.

A pesquisa revelou ainda que, em 2000, foram traduzidos 6.226 livros e publicadas 38.875 obras de autores nacionais, totalizando os mais de 45 mil livros publicados no ano. Entre as traduções, prevaleceram as de livros em inglês, seguindo-se, pela ordem, francês, alemão e o espanhol.

Para Lilia Maria Miranda Alves, que trabalha há 30 anos no mercado editorial e já foi dona de uma editora durante seis anos, está havendo uma melhoria generalizada neste mercado, com avanços que podem ser observados desde o marketing até o produto final, o próprio livro, que, em sua opinião, está hoje com muito melhor qualidade do que antigamente. Ela também vê melhoria na distribuição que, entretanto, “continua sendo o calcanhar de Aquiles do mercado”, conforme disse, além de um outro problema pouco abordado: as cópias de livros.

“O que se faz em reprografia neste país é uma vergonha. O aluno nem chega a dizer o nome na livraria, pois o atendente já cita o código e diz em quanto tempo vai estar pronto. Ou seja, isto é um roubo porque o autor deixa de ganhar o direito autoral dele, o que é crime previsto na Constituição Federal. Estamos formando os alunos através de capítulos, e não de livros inteiros. Não podemos esperar que ele seja um leitor. Nossas crianças

de hoje são filhas de pais não leitores. A escola é responsável por formar leitores, mas a família também é”, afirmou.

Concentração de mercado

A pesar de questionar os dados revelados pela pesquisa, por não considerá-los exatos, particularmente, no item relativo ao faturamento, a livreira Milena Duchiad aponta a seguinte conclusão, a partir dos próprios resultados obtidos pela pesquisa: “Se pegar o faturamento total e somar os didáticos, que são vendidos no mercado, mais o programa nacional do livro, mais o programa nacional do livro para-didático (em alguns estados são regionalizados) dá 53% do faturamento total. Ou seja, sete editoras concentram 53% do faturamento total. Sobram para as outras editoras o resto”, disse. “Se pegar em termos de exemplares, a concentração se repete. Se o faturamento é 53,55%, pegando o didático e o para-didático dá 60% dos livros vendidos no Brasil. Ou seja, daqueles 330 milhões de exemplares vendidos em um ano, 60% foram de livros didáticos, em sua maioria, dados gratuitamente”, afirmou a livreira, levantando a questão do que considera grave para o mercado de livros: a doação deles pelo governo. “Ora, não estamos em um país socialista. Estamos em um país capitalista e, então, isto é demagogia. Porque o livro não é de graça, pois alguém vendeu e alguém pagou. Então, por que só o livro vai ser de graça? Se as pessoas não têm renda para comprar o livro por que não serem eles, então, emprestados? A quem interessa que este livro continue sendo dado, ao longo dos anos e em um volume imenso? E, agora, o governo não vai dar somente livro didático. Está fazendo uma compra de 20 milhões de exemplares para serem dados para 4 milhões de crianças da quarta série das escolas públicas do Brasil inteiro, uma coleção de cinco

livros para cada criança de quarta série. A concorrência está acontecendo agora e são livros que serão de seis editoras. Só seis!”, exclamou, lançando algumas questões:

“Com este dinheiro, quantos livros não se colocaria em bibliotecas, em salas e cantos de leitura, em todas essas mesmas escolas onde esses livros vão chegar? Por que não variar e não fazer uma combinação de títulos, colocando 20 milhões de títulos em 169 mil escolas? Por que não dar para os alunos da terceira ou da segunda série? No final de cinco anos, se teria uma bela biblioteca em cada escola porque o livro não tem prazo de validade. Então, se continua dando o livro, embora seja claro que há quem compre e quem pague”, disse.

Ela afirmou ainda que a mesma heterogeneidade possível de ser observada no campo da produção de livros existe também na comercialização. Enquanto, no país, calcula-se que existam cerca de 4 mil editoras, o número de livrarias não chega a 2 mil. “É uma contradição inacreditável. É muito mais fácil publicar um livro do que vender o livro – vender é que é difícil”, enfatizou Milena Duchiad. Ela defende que, no Brasil, seja aplicada a lei do preço fixo, existente em 11 países do mercado europeu. Através dela, o editor fixa o preço de capa e o desconto máximo que poderá ser dado pelo livreiro é de 5%, a não ser em casos de livros que já estejam publicados há mais de dois anos ou que, comprovadamente, já estejam há mais de seis meses nas estantes da livraria. E por que esta lei? “O livro não é sabão em pó. Em um supermercado você pode escolher esta ou aquela marca. No livro, não. O livro é um produto diferente dos outros, não é sabão em pó, não é automóvel. É possível substituir um carro 1.6 por um monte de marca. Livro, não. Não pode substituir um

Carlos Drumond de Andrade por um Sidney Sheldon, um romance por outro. Se não pode, o que ocorre? Tem que garantir que o pequeno livreiro, o independente, que não consegue comprar mil exemplares, possa vender o livro novo ao mesmo preço do vizinho dele, do Carrefour, que tem uma loja belíssima. Isto garante o capital de giro para ele ter este livro na prateleira, um livro, por exemplo, que vai levar um ano para ser vendido”, defendeu.

Internacionalização do setor

Para o economista e professor da UERJ, George Kornes, fala-se muito do problema da comercialização do livro, no Brasil, dando-se pouca atenção aos problemas existentes na produção. “O problema da produção é muito menos falado porque todo mundo diz que o problema é na distribuição. Tendo a achar uma hipertrofia da importância do problema da distribuição e uma hipotrofia do problema da produção. Um dos pontos, por exemplo, é o da tradução”, apontou. Outra questão por ele abordada é em relação à produção de papel no país e sua distribuição, ambos controlados por poucos, numa explícita situação de oligopólio e cartel.

Além disso, George Kornes apontou para o problema da internacionalização deste mercado, que começou timidamente e que agora avança tanto na ponta da distribuição quando na de produção, onde grupos multinacionais já

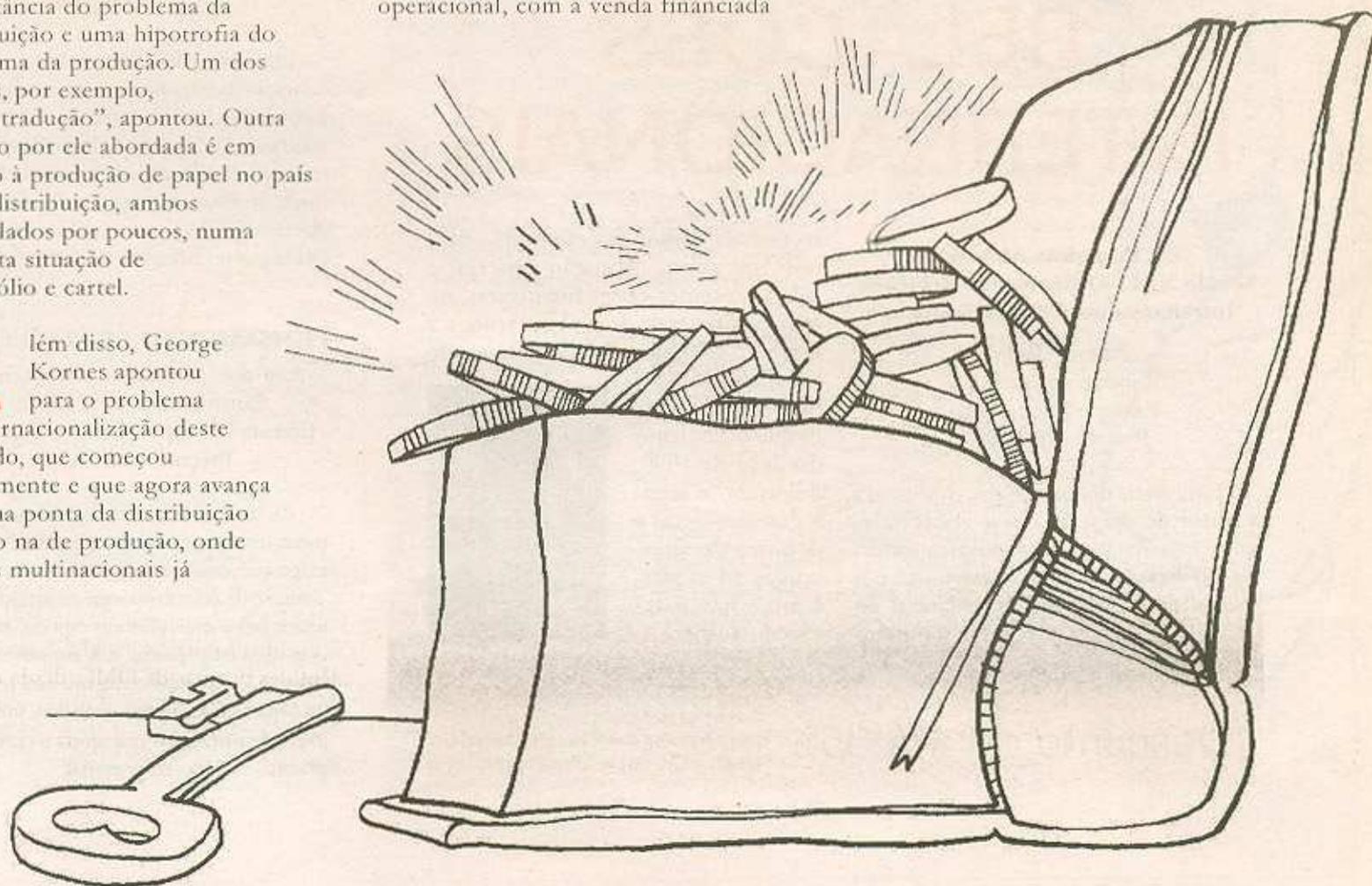
adquiriram duas das sete principais editoras dos livros didáticos. Ele disse também que está crescendo o número de autores nacionais, aumentando o pagamento de direitos autorais no país, que cresce mais do que o pagamento de direitos autorais no exterior.

“Longe de ser uma alegria, acho que está existindo uma série de autores falsos. Em economia, por exemplo, é impossível que o pessoal de uma certa editora esteja escrevendo todos aqueles livros e manuais. Deve ser, com certeza, uma equipe. Este dado tem que ser mais discutido porque o autor nacional está sendo generalizado. Tem gente fazendo corte e cola de vários livros, em prejuízo do verdadeiro autor”, assinalou.

Ele acredita que boa parte do faturamento das editoras deve ser melhor analisada, pois, do seu ponto de vista, as empresas estão obtendo receitas financeiras, e não somente operacional, com a venda financiada

dos livros. Para o professor, a inexatidão dos dados sobre este mercado ainda é um grave problema e ele cita os próprios números que apurou, anos atrás, quando participou de uma equipe de discussão sobre plano estratégico para o município do Rio.

Ao buscar identificar o universo e o peso da indústria editorial na cidade, ele descobriu que das mais de 700 empresas com alvarás de livrarias apenas cerca de 80 delas eram, de fato, pontos de comercialização de livros. No emaranhado de dados, havia casas de religião, papelarias e até lojas de venda de peixes e aquários que têm alvará de livraria, embora a atividade principal seja outra. “É que para vender manuais de aquário ou livros de religião elas têm que ter alvará de livraria, embora não sejam livrarias”, observou.



PUBLICAÇÕES

A ECONOMIA GLOBAL E O BRASIL



“No Brasil, a partir de 1995, o desempenho mediocre da economia, o esgarçamento do tecido social, a degradação institucional e a perda de governança têm estado na origem das propostas de mudança e

transformação. Todas as propostas chamam atenção para a vulnerabilidade externa do país.

O Brasil somente escapará da atual trajetória de instabilidade e crise se implementar estratégias e políticas orientadas para a redução da sua vulnerabilidade externa”.

Vagão Descarrilhado O Brasil e o futuro da economia global

Autor: Reinaldo Gonçalves
Editora: Record/SP (2002) -
224 pág.
Preço: R\$ 25,00

REAÇÕES CONTRA A ALCA



O livro é uma coletânea de artigos e documentos que analisam a proposta de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Foi organizado

desde uma perspectiva plural, mas dentro de uma visão crítica desse processo. Este é também um livro militante. Foi pensado dentro de uma campanha que organizações brasileiras lançaram para esclarecer à opinião pública sobre o caráter da

ALCA e suas conseqüências negativas para a população do Brasil e de todo o continente americano. Essa campanha, no Brasil, faz parte de uma mobilização continental contra a ALCA que foi deliberada na IIª Conferência dos Povos das Américas realizada em abril de 2001 em Quebec.

Soberania sim, Alca não! Análises e documentos Campanha Nacional contra a Alca

Vários autores
Roberto de Almeida
Editora: Expressão Popular (2002)

POLÍTICAS PARA A RETOMADA DO C RESCIMENTO

Reflexões de economistas brasileiros

Organizadores: Ricardo
Bielschowsky e Carlos Mussi
Vários autores (2002)
Publicação: IPEA/Escritório da
CEPAL no Brasil
Preço: R\$15,00

A publicação reúne reflexões de destacados economistas brasileiros sobre políticas de crescimento econômico. Apresenta uma resenha de entrevistas com 38 economistas das mais variadas tendências analíticas e político-ideológicas, e artigos de Antonio Delfim Netto, Luís Carlos Mendonça de Barros, Luiz Carlos Bresser Pereira, Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo (em co-autoria) e Pedro Sampaio Malan.

O livro contribui para re-aquecer o debate sobre crescimento, tema que se encontra relegado a um plano secundário nas duas últimas décadas no país. O leitor encontrará aqui uma amostra bastante representativa do estoque de idéias dos economistas brasileiros sobre o tema políticas de crescimento na década de 2000. ■

ARMAS, GERMES E AÇO

Os destinos das sociedades humanas

(Ganhador do Prêmio Pulitzer-1998)
Autor: Jared Diamond
Editora Record
Preço: R\$ 55,00

Por meio de uma intrigante revisão da evolução dos povos, em uma viagem através de 13.000 anos de história dos continentes, Jared Diamond conclui que a dominação de uma população sobre outra tem fundamentos militares (armas), tecnológicos (aço) ou nas doenças epidêmicas (germes), que dizimam sociedades de caçadores e coletores, assegurando conquistas. Assim, alguns povos desenvolveram a tecnologia que proporcionou a expansão de seus domínios e aumentou a resistência a doenças, entre outros fatores, conferindo-lhes grande poder político e econômico. O livro aborda as origens dos impérios, da religião, da escrita, das colheitas e das armas. Fornece as bases das diferentes evoluções das sociedades humanas nos continentes, derrubando teorias racistas e desafiando o conhecimento convencional.

Desconto de até 35%

Aproveite nossos convênios para adquirir livros das Editoras Campus, Cepal, FGV, Paz e Terra, Record.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

1993/1997/2001: OS PRIMEIROS ANOS

O que mudou no primeiro ano de gestão de cada uma das três últimas administrações municipais do Rio

Encerrado o exercício de 2001, podemos comparar o primeiro ano de mandato das últimas três administrações do município do Rio. Luiz Paulo Conde e César Maia administraram a prefeitura de forma bem diferente, contudo, o atual prefeito conduziu sua gestão mantendo os mesmos princípios, tanto para 1993 quanto para 2001. Os valores entre 1993 e 2001 foram transformados em dólares, numa tentativa de ver seus crescimentos, reduzindo o efeito da inflação.

A arrecadação carioca cresceu 53% entre 1993 e 2001, diferença equivalente a US\$ 806 milhões, devido às receitas tributárias que dobraram e às transferências correntes do Estado e da União, que triplicaram. Entretanto, outras receitas correntes, como patrimonial, multas e juros de mora, tiveram uma redução de 32%.

As operações de crédito também tiveram uma queda de 57% - elas representaram 6% do total arrecadado, em 1993, e 2%, em 2001. Porém, sua participação em 1997 foi mais significativa e elas representaram 17% do total, demonstrando que César Maia evitou contrair novas dívidas, captando bem menos financiamentos do que o ex-prefeito Conde.

Houve uma terceirização dos serviços da prefeitura, pois o gasto com outras despesas correntes, onde estão serviços de terceiros e encargos, teve um aumento de 247%, cerca de US\$ 347 milhões a mais do que em 1993, enquanto que o gasto com pessoal

aumentou apenas 37% e as transferências a entidades como Riourbe e Comlurb tiveram uma queda de 16%.

Investimentos e dívidas

Outra importante diferença entre as duas administrações foi o gasto com investimentos. O atual prefeito, em suas duas gestões, conteve estas despesas, destinando o equivalente a 8% do total executado em 1993 e apenas 7%, em 2001. Já Conde destinou cerca de 11%. Essa queda nos investimentos pode ser sentida a partir da análise do orçamento por funções. Habitação e Urbanismo ficou estagnada de 1997 para 2001, mesmo tendo o orçamento crescido 36%. Provavelmente, este aumento foi absorvido pelas funções Saúde e Saneamento e Assistência e Previdência.

Outro destaque são os gastos com a dívida, que aumentaram bastante neste período, ficando quase quatro vezes maior do que em 1993 e elevando os juros, basicamente, na mesma proporção. César Maia não se preocupou com a liquidação do principal, comprometendo em seus primeiros anos de mandato apenas cerca de 4% do executado com amortizações. Entretanto, o ex-prefeito Conde teve uma política de controle da dívida muito distinta, gastando cerca de 15% do orçamento com amortizações.

Este dispêndio elevado com a dívida pode ser sentido também nas funções, já que Administração e Planejamento foi a área de atu-

ação que teve a maior liquidação. Os dois, portanto, governaram de forma muito distinta. Conde gastou mais, se preocupou com o pagamento da dívida, mas encerrou o exercício com um déficit equivalente a 10% do total do orçamento de 1997. César Maia se preocupou mais com o controle das contas, garantindo superávit no primeiro ano de seus dois mandatos, mas conteve gastos.

Em 1993, o saldo positivo representou 0,5% do executado. Já em 2001, foi equivalente a 17%, cerca de US\$ 424 milhões (R\$ 998 milhões). O problema é que este superávit elevado foi conseguido através de uma política de contenção de gastos, pois 94% das receitas previstas foram arrecadadas e apenas 77% das despesas fixadas foram gastas.

Dessa forma, os serviços oferecidos à população foram prejudicados e uma importante evidência disso foram os investimentos, que além de serem proporcionalmente menores tiveram somente 50% do previsto liquidados em 2001, acumulando ainda mais as demandas da população, o que poderá trazer um grande problema no futuro. ■

Obs: Para o ano de 1997 usamos apenas porcentagem, devido o dólar estar sobrevalorizado.

Fontes: Prestação de contas de 1993; Prestação de contas de 1997; e dados do 6º bimestre da execução orçamentária de 2001, publicados no Diário Oficial.

As matérias desta página são de autoria da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Equipe técnica: Luiz Mario Behnken, coordenador, Paula Motta e Renato Elman.

CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20054-900 - Tel.: (21) 2232-8178 - Fax.: (21) 2509-8121
Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: <http://www.economistas.com.br> - Lista de discussão: forumrio@rits.com.br
As reuniões do Fórum são abertas: todas as quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

MUNDO DO TRABALHO

O QUE MUDOU NO BRASIL?

Trabalho produzido pelo Dieese, reunindo um livro e três livretos, visa situar as condições dos trabalhadores no Brasil, após as mudanças ocorridas na última década

Construir uma sociedade justa, no Brasil, exige responder a uma pergunta fundamental: qual é a situação dos trabalhadores do país? O que lhes aconteceu após uma década de mudanças e de profundos desequilíbrios, como foram os anos 90? Esta resposta não é simples e requer que diferentes aspectos da realidade brasileira sejam levados em consideração.

Para respondê-la, a equipe técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) elaborou um conjunto de publicações encabeçadas pelo livro **A Situação do Trabalho no Brasil**, e compostas ainda por três livretos que tratam, de forma condensada, dos capítulos da obra referentes ao mercado de trabalho, rendimentos e negociações coletivas, temas que estruturam a produção técnica da entidade. Há também um mural informativo.

As publicações são parte de uma iniciativa de solidariedade internacional, reunindo várias instituições de pesquisa vinculadas ao movimento sindical em todo o mundo. Segue, assim, a proposta do *Economic Policy Institute* (EPI), dos EUA, que vem realizando, ao longo dos anos 90, a publicação *The State of Working America*. Livros semelhantes foram produzidos também no México e Canadá.

No Brasil, o Dieese contou com apoio financeiro do *Solidarity Center*, mantido pela central sindical norte-americana AFL-CIO, para a execução da publicação. Os dados reunidos são, fundamentalmente, de produção do próprio Dieese, muitas vezes em parceria com instituições e governos regionais, como ocorre com as Pesquisas de Emprego e Desemprego, desenvolvidas regularmente em cinco regiões metropolitanas e no Distrito Federal. No entanto, algumas informações de caráter nacional, produzidas por fontes oficiais, também foram utilizadas como instrumento de análise.

O trabalho desenvolvido pela equipe da entidade procura mostrar as disparidades regionais e intra-regionais; as condições das famílias ao longo dos anos 90; o comportamento do mercado de trabalho no período, enfocando a ocupação e a expansão das taxas de desemprego; os rendimentos; bem como a situação de segmentos específicos como as mulheres, os negros, os jovens e as crianças. Trata também da questão agrária, das negociações coletivas, da previdência social, das políticas públicas de emprego e proteção ao desempregado, além de estabelecer algumas comparações internacionais, para situar o Brasil em relação ao mundo, principalmente em relação aos países da América Latina.

A Situação do Trabalho no Brasil tem 350 páginas e 12 capítulos, um apêndice que analisa o ano 2000, anexo metodológico e referências bibliográficas. Os livretos editados em conjunto com o livro – **O Mercado de Trabalho no Brasil**, **Os Rendimentos do Trabalho no Brasil** e **As Negociações Coletivas no Brasil** – podem ser vendidos separadamente e visam ser instrumentos mais práticos de consulta em temas específicos, que estruturam a atividade do Dieese.

As publicações estão disponíveis para os interessados no Escritório Nacional da instituição – rua Ministro Godói, 310, Água Branca, São Paulo – tel.: (11) 3874-5366 - e ainda nos 15 escritórios da entidade espalhados pelo país. No Rio de Janeiro, os pedidos podem ser feitos na rua das Marrecas, 43 - loja, ou através do telefone 2220-9503. ■

Preços:

Sindicalistas, trabalhadores sindicalizados e estudantes:

Livro: R\$ 10; Livretos: R\$ 3

Conjunto - livro mais os três livretos: R\$ 15

Demais interessados:

Livro: R\$ 15; Livretos: R\$ 5

Conjunto - livro mais os três livretos: R\$ 20

O CORECON-RJ VAI EDITAR DUAS IMPORTANTES PUBLICAÇÕES:

GUIA DOS ECONOMISTAS
CONSULTORES

E

GUIA DE EMPRESAS
CONSULTORAS EM ECONOMIA

Você ou sua empresa não querem fazer parte dessas publicações?

Até o próximo dia 31 de maio, o Corecon-RJ estará recebendo inscrições dos profissionais consultores e das empresas de consultoria em economia interessados em ter seus nomes incluídos em cada uma das novas edições dos Guias, publicados pela primeira vez no final dos anos 90.

Tanto o **Guia dos Economistas Consultores** quanto o **Guia de Empresas Consultoras em Economia** vão dar mais visibilidade aos profissionais e às empresas que atuam neste campo de trabalho, sendo ainda uma ótima referência de informação para o mercado.

A inscrição é muito simples: basta preencher o formulário publicado em nossa página na internet www.economistas.com.br. Ou, tendo dificuldades, ligar diretamente para a Secretaria Institucional do Conselho, no tel. 2232-8178 – Ramais 32 ou 45. Estamos aguardando vocês.

Inscrições Até 31/05/2002

